



Relatório de Acompanhamento Fiscal – RAF

Abril de 2020

Relatório completo [aqui](#)

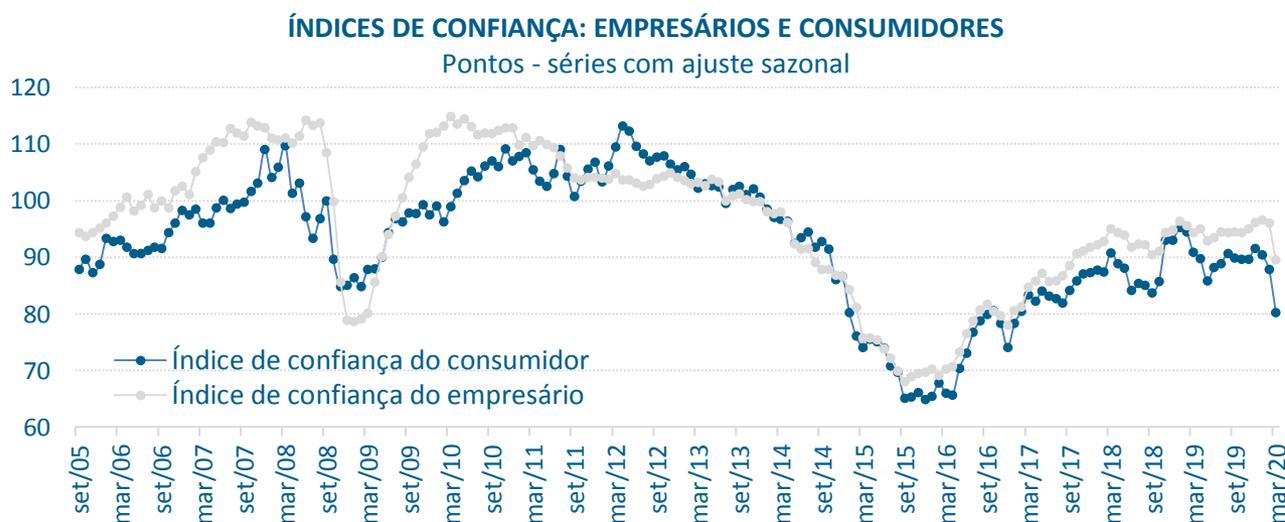
Felipe Salto

Diretor-Executivo da IFI

Brasília, 13 de abril de 2020

- Espera-se que a crise atual relacionada ao coronavírus produza efeitos permanentes sobre o cenário econômico, que poderão ser atenuados pela efetividade das medidas de política econômica anunciadas até o momento e pela capacidade de recuperação da economia mundial. No cenário base, otimista e pessimista a variação real do PIB em 2020 é estimada em -2,2%, 0,5% e -5,2%, respectivamente.
- O impacto fiscal proporcionado pelas medidas destinadas a mitigar os efeitos da crise do coronavírus no âmbito federal será de R\$ 282,2 bilhões, sendo R\$ 69,7 bilhões em redução de receitas e R\$ 212,5 bilhões em aumento de gastos.
- A revisão nas projeções das receitas do governo central assume que os diferimentos praticados pela União serão reincorporados às receitas de 2021, no caso dos cenários base e otimista, e ao longo de três anos, no caso do cenário pessimista. As renúncias e os diferimentos deverão retirar R\$ 69,7 bilhões das receitas em 2020.
- O déficit primário do governo central deve chegar a R\$ 514 bilhões em 2020 (7% do PIB). A projeção é que gastos com as medidas do governo em resposta à crise cheguem a R\$ 220 bilhões. Sem mudanças estruturais no pós-crise, o choque terá efeitos permanentes sobre receitas e resultado primário. Sem mudanças no gasto, risco de descumprimento do teto em 2021 é alto.
- A dívida pública poderá atingir 84,9% do PIB, em 2020, mas sem a venda de reservas subiria para 87,9% do PIB. A partir de 2021, a evolução da dívida pública bruta dependerá da reversão das medidas expansionistas adotadas ao longo do período de combate ao coronavírus.
- No cenário pessimista, o aumento sistemático da dívida até o nível de 138,5% do PIB, em 2030, precifica os riscos de um combate não eficiente à covid-19 ensejar uma piora permanente da economia e das contas fiscais.

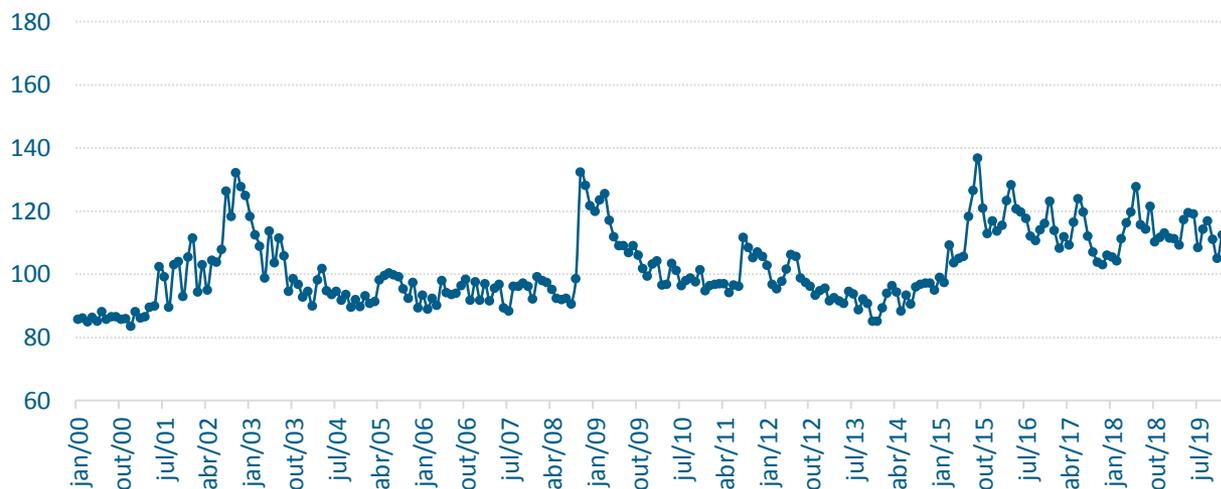
- Índices de confiança de empresários e consumidores deteriora fortemente em razão da crise do coronavírus, mesmo levando-se em conta que a maior parte da coleta de dados das sondagens aconteceu antes das medidas de restrições a aglomerações (iniciadas em meados de março).
- O índice de confiança empresarial (ICE) recuou 6,5 pontos em março, para 89,5 pontos, voltando para o menor nível desde setembro de 2017. O índice de expectativas diminuiu 14,9 pontos, o que representou a maior queda desde outubro de 2008. Os segmentos que apresentaram expressiva piora foram de serviços e comércio.
- O índice de confiança do consumidor (ICC) apresentou queda de 7,6 pontos entre fevereiro e março, levando o índice aos 80,2 pontos, menor valor desde janeiro de 2017.



Fonte: FGV. Elaboração: IFI.

- O indicador de incerteza da economia atingiu o maior nível da série histórica, com alta de 52 pontos entre fevereiro e março. O resultado é um sinal desfavorável para o desempenho prospectivo do PIB, uma vez que o aumento da incerteza afeta as decisões de investimentos e sensibiliza, portanto, a rubrica de formação bruta de capital fixo.

INDICADOR DE INCERTEZA DA ECONOMIA



Fonte: FGV. Elaboração: IFI.

- A expectativa para a variação do PIB em 2020 é de -2,2% no cenário base.
- Foi calculado o impacto em pontos percentuais, na variação real do PIB de 2020, de diversas combinações entre o número de semanas de distanciamento social e o percentual de paralisação da atividade produtiva, evidenciando que cada mês (ou 4 semanas) de isolamento (considerando-se uma redução de 50% da atividade) retira 1,0 p.p. da variação real do PIB.

IMPACTO NA VARIAÇÃO REAL DO PIB 2020 EM PONTOS PERCENTUAIS (P.P)

Tempo de distanciamento (em número de semanas)

	Mar	Mar	Abr	Abr	Abr	Abr	Mai	Mai	Mai	Mai	Jun	Jun	Jun	Jun	Jul	Jul	Jul	Jul	Ago	Ago	Ago	Ago
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
5%	0.0	0.0	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.2	-0.2	-0.2	-0.2	-0.3	-0.3	-0.3	-0.3	-0.4	-0.4	-0.4	-0.4	-0.5	-0.5	-0.5	-0.5
10%	0.0	-0.1	-0.1	-0.2	-0.2	-0.3	-0.3	-0.4	-0.4	-0.5	-0.5	-0.6	-0.6	-0.7	-0.7	-0.8	-0.8	-0.9	-0.9	-1.0	-1.0	-1.1
15%	-0.1	-0.1	-0.2	-0.3	-0.4	-0.4	-0.5	-0.6	-0.7	-0.7	-0.8	-0.9	-1.0	-1.0	-1.1	-1.2	-1.2	-1.3	-1.4	-1.5	-1.5	-1.6
20%	-0.1	-0.2	-0.3	-0.4	-0.5	-0.6	-0.7	-0.8	-0.9	-1.0	-1.1	-1.2	-1.3	-1.4	-1.5	-1.6	-1.7	-1.8	-1.9	-2.0	-2.1	-2.2
25%	-0.1	-0.2	-0.4	-0.5	-0.6	-0.7	-0.9	-1.0	-1.1	-1.2	-1.3	-1.5	-1.6	-1.7	-1.8	-2.0	-2.1	-2.2	-2.3	-2.4	-2.6	-2.7
30%	-0.1	-0.3	-0.4	-0.6	-0.7	-0.9	-1.0	-1.2	-1.3	-1.5	-1.6	-1.8	-1.9	-2.0	-2.2	-2.3	-2.5	-2.6	-2.8	-2.9	-3.1	-3.2
35%	-0.2	-0.3	-0.5	-0.7	-0.9	-1.0	-1.2	-1.4	-1.5	-1.7	-1.9	-2.0	-2.2	-2.4	-2.6	-2.7	-2.9	-3.1	-3.3	-3.4	-3.6	-3.8
40%	-0.2	-0.4	-0.6	-0.8	-1.0	-1.2	-1.4	-1.6	-1.8	-2.0	-2.1	-2.3	-2.5	-2.7	-2.9	-3.1	-3.3	-3.5	-3.7	-3.9	-4.1	-4.3
45%	-0.2	-0.4	-0.7	-0.9	-1.1	-1.3	-1.5	-1.8	-2.0	-2.2	-2.4	-2.6	-2.9	-3.1	-3.3	-3.5	-3.7	-4.0	-4.2	-4.4	-4.6	-4.8
50%	-0.2	-0.5	-0.7	-1.0	-1.2	-1.5	-1.7	-2.0	-2.2	-2.4	-2.7	-2.9	-3.2	-3.4	-3.7	-3.9	-4.2	-4.4	-4.6	-4.9	-5.1	-5.4
55%	-0.3	-0.5	-0.8	-1.1	-1.3	-1.6	-1.9	-2.1	-2.4	-2.7	-3.0	-3.2	-3.5	-3.8	-4.0	-4.3	-4.6	-4.8	-5.1	-5.4	-5.6	-5.9
60%	-0.3	-0.6	-0.9	-1.2	-1.5	-1.8	-2.0	-2.3	-2.6	-2.9	-3.2	-3.5	-3.8	-4.1	-4.4	-4.7	-5.0	-5.3	-5.6	-5.9	-6.2	-6.5
65%	-0.3	-0.6	-0.9	-1.3	-1.6	-1.9	-2.2	-2.5	-2.9	-3.2	-3.5	-3.8	-4.1	-4.4	-4.8	-5.1	-5.4	-5.7	-6.0	-6.4	-6.7	-7.0
70%	-0.3	-0.7	-1.0	-1.4	-1.7	-2.0	-2.4	-2.7	-3.1	-3.4	-3.8	-4.1	-4.4	-4.8	-5.1	-5.5	-5.8	-6.2	-6.5	-6.8	-7.2	-7.5
75%	-0.4	-0.7	-1.1	-1.5	-1.8	-2.2	-2.6	-2.9	-3.3	-3.7	-4.0	-4.4	-4.8	-5.1	-5.5	-5.9	-6.2	-6.6	-7.0	-7.3	-7.7	-8.1
80%	-0.4	-0.8	-1.2	-1.6	-1.9	-2.3	-2.7	-3.1	-3.5	-3.9	-4.3	-4.7	-5.1	-5.5	-5.9	-6.3	-6.6	-7.0	-7.4	-7.8	-8.2	-8.6
85%	-0.4	-0.8	-1.2	-1.7	-2.1	-2.5	-2.9	-3.3	-3.7	-4.1	-4.6	-5.0	-5.4	-5.8	-6.2	-6.6	-7.1	-7.5	-7.9	-8.3	-8.7	-9.1

Fonte: IFI.

- A variação real do PIB de 2020, considerando premissas para os cenários base (isolamento até o final de junho e redução de 60% da atividade setorial), otimista (final de abril e 45%) e pessimista (final de agosto e 65%), seria de -2,2%, 0,5% e -5,2%, respectivamente.
- As diferenças entre a variação obtida para o PIB nos três cenários refletem, implicitamente, a efetividade das ações de política econômica anunciadas até o momento para mitigar o risco de desestruturação da cadeia produtiva e de perda de renda e de capacidade de consumo da parcela vulnerável da população. Refletem, também, o benefício que a economia brasileira obteria a partir de reduções menos abruptas do nível de atividade econômica global.

VARIAÇÃO REAL DO PIB EM 2020 (%)

Tempo de distanciamento (em número de semanas)

	Mar	Mar	Abr	Abr	Abr	Abr	Mai	Mai	Mai	Mai	Jun	Jun	Jun	Jun	Jul	Jul	Jul	Jul	Ago	Ago	Ago	Ago
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
5%	1.8	1.8	1.8	1.8	1.7	1.7	1.7	1.7	1.6	1.6	1.6	1.6	1.5	1.5	1.5	1.5	1.4	1.4	1.4	1.4	1.3	1.3
10%	1.8	1.8	1.7	1.7	1.6	1.6	1.5	1.5	1.4	1.4	1.3	1.3	1.2	1.2	1.1	1.1	1.0	1.0	0.9	0.9	0.8	0.8
15%	1.8	1.7	1.6	1.6	1.5	1.4	1.3	1.3	1.2	1.1	1.1	1.0	0.9	0.8	0.8	0.7	0.6	0.5	0.5	0.4	0.3	0.2
20%	1.8	1.7	1.6	1.5	1.4	1.3	1.2	1.1	1.0	0.9	0.8	0.7	0.6	0.5	0.4	0.3	0.2	0.1	0.0	-0.1	-0.2	-0.3
25%	1.7	1.6	1.5	1.4	1.3	1.1	1.0	0.9	0.8	0.6	0.5	0.4	0.3	0.2	0.0	-0.1	-0.2	-0.3	-0.5	-0.6	-0.7	-0.8
30%	1.7	1.6	1.4	1.3	1.1	1.0	0.8	0.7	0.5	0.4	0.3	0.1	-0.0	-0.2	-0.3	-0.5	-0.6	-0.8	-0.9	-1.1	-1.2	-1.4
35%	1.7	1.5	1.3	1.2	1.0	0.8	0.7	0.5	0.3	0.2	-0.0	-0.2	-0.4	-0.5	-0.7	-0.9	-1.0	-1.2	-1.4	-1.6	-1.7	-1.9
40%	1.7	1.5	1.3	1.1	0.9	0.7	0.5	0.3	0.1	-0.1	-0.3	-0.5	-0.7	-0.9	-1.1	-1.3	-1.5	-1.7	-1.9	-2.1	-2.2	-2.4
45%	1.6	1.4	1.2	1.0	0.8	0.5	0.3	0.1	-0.1	-0.3	-0.6	-0.8	-1.0	-1.2	-1.4	-1.7	-1.9	-2.1	-2.3	-2.5	-2.8	-3.0
50%	1.6	1.4	1.1	0.9	0.6	0.4	0.2	-0.1	-0.3	-0.6	-0.8	-1.1	-1.3	-1.6	-1.8	-2.0	-2.3	-2.5	-2.8	-3.0	-3.3	-3.5
55%	1.6	1.3	1.1	0.8	0.5	0.3	-0.0	-0.3	-0.6	-0.8	-1.1	-1.4	-1.6	-1.9	-2.2	-2.4	-2.7	-3.0	-3.2	-3.5	-3.8	-4.1
60%	1.6	1.3	1.0	0.7	0.4	0.1	-0.2	-0.5	-0.8	-1.1	-1.4	-1.7	-1.9	-2.2	-2.5	-2.8	-3.1	-3.4	-3.7	-4.0	-4.3	-4.6
65%	1.5	1.2	0.9	0.6	0.3	-0.0	-0.4	-0.7	-1.0	-1.3	-1.6	-1.9	-2.3	-2.6	-2.9	-3.2	-3.5	-3.9	-4.2	-4.5	-4.8	-5.1
70%	1.5	1.2	0.8	0.5	0.2	-0.2	-0.5	-0.9	-1.2	-1.6	-1.9	-2.2	-2.6	-2.9	-3.3	-3.6	-4.0	-4.3	-4.6	-5.0	-5.3	-5.7
75%	1.5	1.1	0.8	0.4	0.0	-0.3	-0.7	-1.1	-1.4	-1.8	-2.2	-2.5	-2.9	-3.3	-3.6	-4.0	-4.4	-4.7	-5.1	-5.5	-5.8	-6.2
80%	1.5	1.1	0.7	0.3	-0.1	-0.5	-0.9	-1.3	-1.7	-2.0	-2.4	-2.8	-3.2	-3.6	-4.0	-4.4	-4.8	-5.2	-5.6	-6.0	-6.4	-6.7
85%	1.4	1.0	0.6	0.2	-0.2	-0.6	-1.0	-1.5	-1.9	-2.3	-2.7	-3.1	-3.5	-3.9	-4.4	-4.8	-5.2	-5.6	-6.0	-6.5	-6.9	-7.3

- Na esfera fiscal, o que pode ser feito é desenhar as políticas de mitigação da crise para alcançar os melhores resultados possíveis, sem perda do sentido de urgência e sem perder de vista a responsabilidade fiscal de médio e longo prazos.
- No âmbito da receita, além das medidas tributárias, a necessidade de restringir a circulação das pessoas afeta fortemente a atividade econômica e, por consequência, a arrecadação. Pelo lado da despesa, existem os gastos voltados à saúde, notadamente os requeridos para equipar os hospitais e demais locais de atendimento, as transferências de renda à parcela da população mais prejudicada e a ajuda às empresas para que se mantenham em atividade.
- As medidas geram um impacto fiscal de R\$ 282,2 bilhões ou 3,9% do PIB: uma diminuição de R\$ 69,7 bilhões de receita primária, aumento de R\$ 152,5 bilhões de gasto primário, e R\$ 60 bilhões em novas previdências.

IMPACTO FISCAL DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA CRISE DO CORONAVÍRUS EM 2020 (R\$ BILHÕES)

Na diminuição da receita (A)	69,7
Diferimento da cobrança de Cofins, PIS, Pasep e Contribuição Previdenciária do empregador	40,0
Diferimento da parcela da arrecadação da União no Simples Nacional, por três meses	19,8
Redução a zero, por noventa dias (abril a julho), da alíquota do IOF nas operações de crédito	7,1
Redução de Imposto de Importação e IPI sobre produtos médico-hospitalares e de combate ao coronavírus	2,8
No aumento da despesa (B)	212,5
Transferência de R\$ 600 mensais para trabalhadores informais nos meses de abril, maio e junho	80,0
Compensação para a redução dos salários dos trabalhadores formais por até três meses	40,0
Transferência de até R\$ 16 bilhões ao FPE e FPM, distribuídos de março a junho	16,0
Crédito extraordinário de R\$ 6,4 bilhões para saúde nos estados e municípios	6,4
Vários créditos extraordinários para a saúde na União	6,2
Crédito extraordinário de R\$ 3 bilhões para inclusão de beneficiários no Bolsa Família	3,0
Desconto de 100% na tarifa de luz para consumo de até 220 KWh/mês de 1º de abril a 30 de junho	0,9
Novas medidas a serem tomadas	60,0
No déficit primário (A+B)	282,2

- O déficit primário do governo central chegará a R\$ 514,6 bilhões, em 2020.
- Na comparação com as projeções da IFI publicadas em novembro de 2019, o déficit será maior em R\$ 390,5 bilhões. Outros fatores, distintos das medidas de combate ao coronavírus, explicam R\$ 108,4 bilhões desta diferença. Pelo lado da receita, a queda da atividade econômica reduz a receita tributária. Além disso, a receita não recorrente, incluindo *royalties* e participações especiais, dividendos das estatais e concessões, também sofre impactos da crise.

DÉFICIT PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2020 (R\$ BILHÕES)

	Novembro	Abril	Diferença
Receita primária líquida	1.335,1	1.183,8	-151,3
Medidas			-69,7
Outros fatores			-81,6
Despesa primária	1.459,1	1.698,4	239,3
Medidas			212,5
Outros fatores			26,8
Resultado primário	-124,1	-514,6	-390,5
Medidas			-282,2
Outros fatores			-108,4
Resultado primário (% PIB)	-1,7	-7,0	-5,3

- Perda de receita primária total pode chegar a R\$ 183 bilhões em 2020 no cenário base. A redução na receita primária (total e líquida) nos três cenários alternativos decorreu, além dos efeitos oriundos da contração na atividade econômica, dos diferimentos no recolhimento de tributos praticados pelo governo federal para aliviar a situação de caixa das empresas, além de algumas renúncias pontuais em IOF sobre operações de crédito e IPI e Imposto de Importação sobre produtos médico-hospitalares. Assim, os três cenários contemplam a redução de R\$ 69,7 bilhões nas receitas em razão desses eventos.

COMPARATIVO ENTRE OS DIFERENTES CENÁRIOS DA IFI NAS REVISÕES DE NOVEMBRO DE 2019 E ABRIL DE 2020 PARA A ARRECADAÇÃO DO GOVERNO CENTRAL EM 2020

CENÁRIO BASE: 2020 (R\$ milhões)	Revisão Nov/19	Revisão Abr/20	Dif. Abr/20-Nov/19
1. Receita primária total	1.606.627,2	1.423.634,5	-182.992,7
2. Transferências por repartição de receita	271.530,9	239.789,3	-31.741,7
3. Receita líquida de transferências [(1)-(2)]	1.335.096,3	1.183.845,2	-151.251,0

CENÁRIO OTIMISTA: 2020 (R\$ milhões)	Revisão Nov/19	Revisão Abr/20	Dif. Abr/20-Nov/19
1. Receita primária total	1.613.579,7	1.467.895,2	-145.684,5
2. Transferências por repartição de receita	272.706,7	247.567,7	-25.138,9
3. Receita líquida de transferências [(1)-(2)]	1.340.873,0	1.220.327,5	-120.545,5

CENÁRIO PESSIMISTA: 2020 (R\$ milhões)	Revisão Nov/19	Revisão Abr/20	Dif. Abr/20-Nov/19
1. Receita primária total	1.606.339,5	1.354.700,3	-251.639,2
2. Transferências por repartição de receita	271.530,9	231.495,0	-40.035,9
3. Receita líquida de transferências [(1)-(2)]	1.334.808,5	1.123.205,3	-211.603,3

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- No cenário base da IFI, a receita líquida cairia de 18,6% do PIB em 2019 para 16,2% do PIB neste ano. Em 2021, assumindo que os efeitos do choque da pandemia do coronavírus sobre a atividade econômica sejam rapidamente dissipados, a receita líquida voltaria ao nível de 17,1% do PIB. Esse percentual ficaria em patamar de 17% do PIB em todo o horizonte de projeção. A hipótese subjacente a esse cenário é que não ocorreria aumento da carga tributária até 2030.
- Os cenários base e otimista contemplam retomada gradual das receitas a partir de 2021, à medida que o crescimento da economia volte a convergir para taxas em torno de 2,3% e 3,4%, respectivamente. Já no cenário pessimista as projeções de crescimento real do PIB convergem para 1,2% de 2023 em diante.

PROJEÇÕES DA IFI – R\$ BILHÕES

Discriminação		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Base	Receita total	1.635,2	1.423,6	1.591,6	1.708,9	1.802,6	1.911,9	2.026,2	2.152,8	2.289,5	2.434,5	2.590,2	2.758,7
	Transferências por repartição de receita	288,3	239,8	259,8	276,8	293,8	311,4	329,9	349,9	371,6	394,9	420,1	447,4
	Receita líquida	1.346,8	1.183,8	1.331,8	1.432,1	1.508,8	1.600,5	1.696,2	1.802,9	1.917,9	2.039,6	2.170,1	2.311,3
Cenário Otimista	Receita total	1.635,2	1.467,9	1.651,0	1.789,0	1.896,8	2.039,9	2.179,0	2.334,6	2.515,1	2.694,9	2.907,1	3.122,5
	Transferências por repartição de receita	288,3	247,6	270,3	290,7	310,1	333,4	356,1	380,9	409,9	438,9	473,6	508,7
	Receita líquida	1.346,8	1.220,3	1.380,7	1.498,3	1.586,7	1.706,5	1.822,9	1.953,7	2.105,2	2.256,0	2.433,5	2.613,8
Cenário Pessimista	Receita total	1.635,2	1.354,7	1.461,7	1.593,8	1.712,1	1.799,8	1.894,6	1.997,1	2.105,8	2.220,2	2.341,5	2.469,9
	Transferências por repartição de receita	288,3	231,5	240,6	253,3	267,0	282,0	298,3	315,6	334,0	353,4	374,1	396,0
	Receita líquida	1.346,8	1.123,2	1.221,1	1.340,5	1.445,1	1.517,8	1.596,3	1.681,5	1.771,8	1.866,7	1.967,4	2.073,9

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração IFI.

- O auxílio emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade deve custar, em três meses, entre R\$ 59 e R\$ 98 bilhões, dependendo do nível de cobertura de beneficiados, sejam eles inscritos no CadÚnico ou não.
- Consideramos o valor intermediário, R\$ 80 bilhões, no cenário base; o maior valor, R\$ 98,2 bilhões, no cenário pessimista; e o menor valor, R\$ 59 bilhões, no cenário otimista (necessário dizer que pessimista e otimista, nos cenários da IFI, referem-se ao fato de ter maior ou menor impacto fiscal, sem nenhum juízo de mérito).

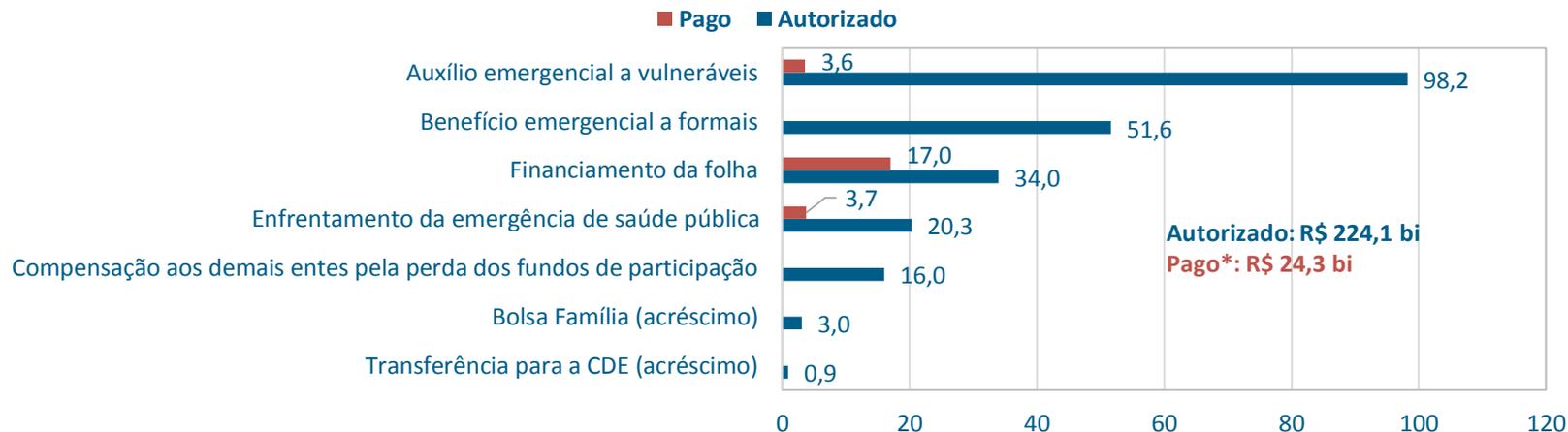
CENÁRIOS PARA O IMPACTO FISCAL DO AUXÍLIO EMERGENCIAL A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Cobertura	Despesa em R\$ bilhões
80% dos cadastrados	59
100% dos cadastrados + 35% dos não cadastrados	80
100% dos cadastrados + 100% dos não cadastrados	98,2

Fonte: IFI, a partir de dados da Nota Técnica 60/2020/Disoc/Ipea e da MP 937/2020. Os termos "cadastrados" e "não cadastrados" se referem ao CadÚnico.

- Até o momento, foram abertos onze créditos extraordinários voltados ao enfrentamento da pandemia da Covid19, totalizando R\$ 224,1 bilhões. Desse total, 85% se referem a despesas primárias. A maior parte se destina à proteção social das pessoas afetadas pelos desdobramentos da emergência de saúde pública sobre o funcionamento da economia. O auxílio emergencial às pessoas mais vulneráveis e o benefício aos trabalhadores formais respondem por mais de dois terços do total.
- Outros 15% do total autorizado se referem à concessão de empréstimos a pequenas e médias empresas para o pagamento da folha salarial no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

DESPESAS COM A COVID-19 POR AÇÃO (R\$ BILHÕES)



Fonte: Siga Brasil e MPs de crédito extraordinário de 2020.

- Dos R\$ 224,1 bilhões autorizados, R\$ 26,9 bilhões serão executados por estados e municípios. As transferências a estados e municípios são basicamente as realizadas no âmbito do SUS (transferências fundo a fundo) e as que se destinam a compensar os entes subnacionais pela perda de receita oriunda dos fundos de participação dos estados e dos municípios.
- O Projeto de Lei Complementar 149/2019, em discussão no Congresso, prevê a compensação pela União da queda de arrecadação do ICMS e do ISS, principais receitas próprias de estados e municípios, respectivamente. Nas nossas projeções para os créditos extraordinários de 2020, consideramos que essas transferências adicionais devem atingir mais R\$ 40 bilhões ao longo do exercício.

POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO (R\$ BILHÕES)



Fonte: Siga Brasil e MPs de crédito extraordinário de 2020.

- A principal diferença entre as projeções da IFI e as do governo fica por conta dos gastos com a Covid-19. Embora nossas projeções no cenário base para os gastos com os benefícios emergenciais a vulneráveis e trabalhadores formais sejam inferiores às do governo, elas já contemplam novas transferências aos demais entes para compensação da perda de arrecadação do ICMS e do ISS, no valor de R\$ 40 bilhões, e novas despesas com enfrentamento da emergência de saúde pública, no valor de R\$ 20 bilhões, ambas a ocorrer ainda em 2020.

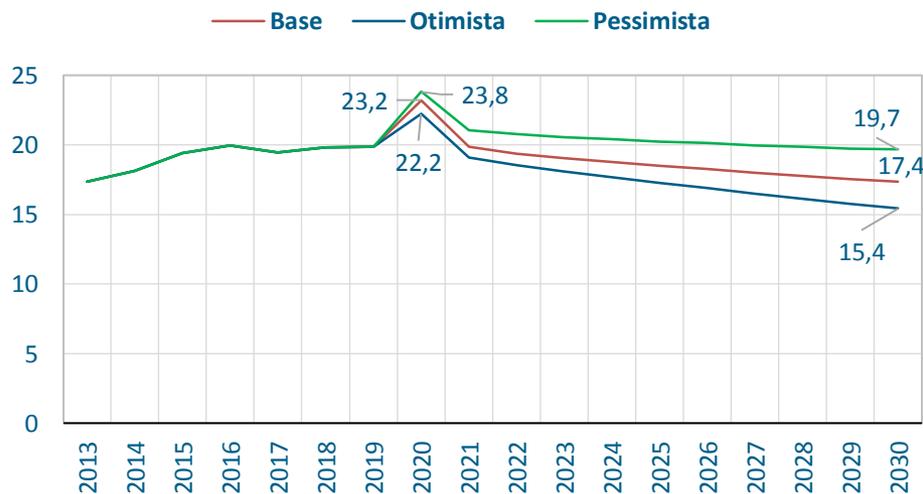
PROJEÇÕES DA IFI NO CENÁRIO BASE VERSUS PROJEÇÕES DO GOVERNO*

Discriminação	Governo		IFI		Diferença	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
Despesa Primária	1.668,2	21,6	1.698,4	23,2	30,2	1,6
Obrigatórias	1.550,8	20,1	1.571,5	21,5	20,7	1,4
Previdência	677,7	8,8	670,9	9,2	-6,8	0,4
Pessoal	325,7	4,2	322,3	4,4	-3,4	0,2
Abono e Seguro	59,7	0,8	64,0	0,9	4,3	0,1
BPC	61,5	0,8	63,2	0,9	1,7	0,1
Bolsa Família	29,5	0,4	37,4	0,5	7,9	0,1
Precatórios (custeio e capital)	24,1	0,3	24,1	0,3	0,0	0,0
Complementação ao FUNDEB	16,5	0,2	15,6	0,2	-0,9	0,0
Subsídios e Subvenções	14,3	0,2	11,5	0,2	-2,9	0,0
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	13,0	0,2	12,8	0,2	-0,2	0,0
Desoneração da folha	10,1	0,1	10,0	0,1	-0,1	0,0
Créditos extraordinários	192,6	2,5	220,2	3,0	27,6	0,5
Demais obrigatórias	126,1	1,6	119,5	1,6	-6,6	0,0
Discricionárias do Executivo	117,5	1,5	126,8	1,7	9,3	0,2

Fonte: Ministério da Economia (Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 1º bimestre e Decreto 10.295/2020), IFI e Medidas Provisórias 929, 935, 937, 939 a 942, 947 e 949. * O relatório bimestral do governo e o Decreto 10.295/2020 são anteriores aos créditos extraordinários abertos para o enfrentamento da covid, com exceção da MP 924, o primeiro deles. Incluímos esses nos gastos na projeção oficial para os créditos extraordinários.

- Na despesa, o choque provocado pela pandemia tem efeito temporário e fica praticamente todo confinado em 2020, mas a curva do gasto se desloca para cima entre 2021 e 2030. O gasto primário em percentual do PIB em 2030 nos cenários base, otimista e pessimista alcançaria, respectivamente, 17,4% , 15,4% e 19,7%.

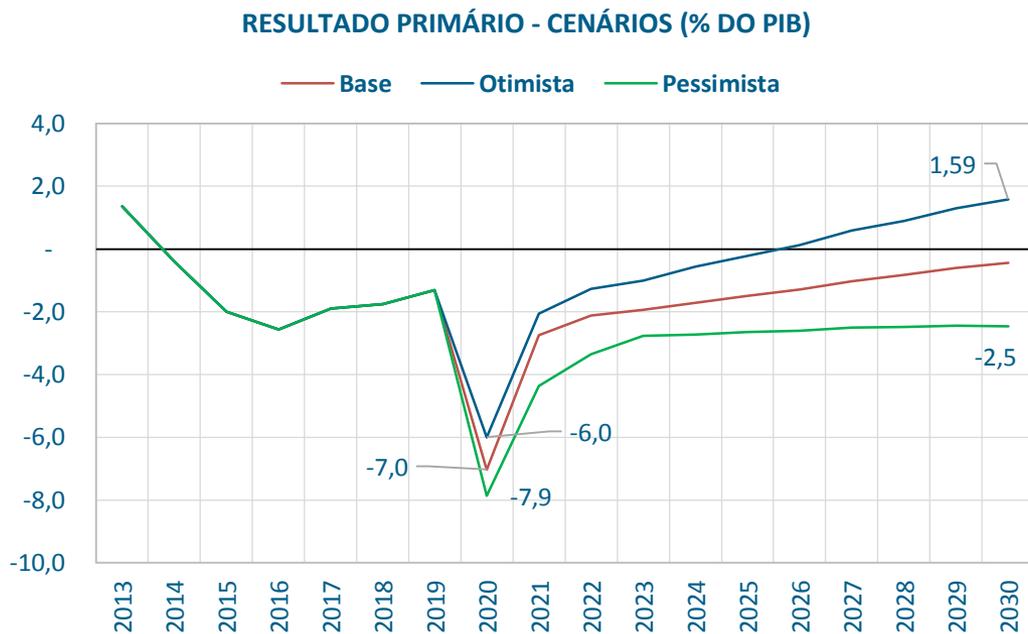
DESPESAS PRIMÁRIAS - CENÁRIOS (% DO PIB)



Fonte: Tesouro (2013 a 2019), IFI (2020 e seguintes)

Cenários Fiscais

- A recessão se reflete mais no desempenho das receitas primárias no ano. Em 2030 o resultado primário alcançaria, nos cenários base, otimista e pessimista, -0,4%, 1,59% e -2,5% do PIB, respectivamente.

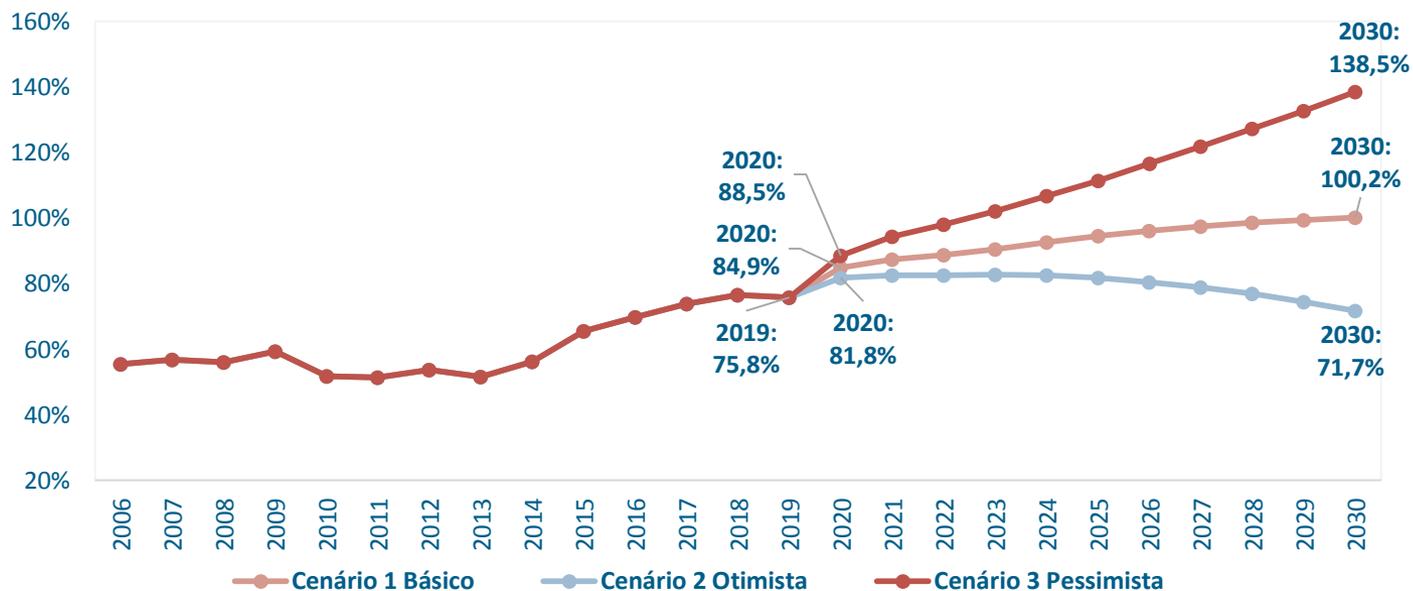


Fonte: IFI.

Cenários para a Dívida Bruta

- Os efeitos sobre a evolução do PIB e do déficit primário afetam consideravelmente as previsões para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG). Além disso, há fatores que não impactam as contas primárias, mas precisam ser considerados nas simulações para a DBGG, a exemplo da venda de reservas internacionais, do crédito lastreado no Tesouro para micro e pequenas empresas e do não pagamento do serviço da dívida pelos estados.
- No cenário base, DBGG não se estabiliza mais no horizonte de 2020 a 2030, devendo encerrar o período em mais de 100% do PIB. No cenário otimista, encerra 2030 acima de 70% do PIB, e no pessimista, atinge 138,5% do PIB.

PROJEÇÕES ATUALIZADAS PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – BASE, OTIMISTA E PESSIMISTA (% DO PIB)



Fonte: IFI